

PARECER CME Nº 008/2004

Inclui História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a formação étnica do povo rio-grandense no currículo do ensino fundamental e na educação infantil.

A Lei Federal 10.639/2003 altera a LDB, incluindo no currículo escolar da educação básica a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Este Parecer traz contribuições para aplicação desta Lei, bem como valoriza toda a formação étnica do povo rio-grandense.

O estudo da Sociedade Brasileira se confunde com o da própria História do País. É fruto do processo sociológico.

Ainda é possível estudar História como algo pronto e acabado. É a História positivista que não se aprofunda ou critica.

A historiadora Sandra Pesavento, afirma que "... defendida nas escolas, a visão da História representa uma forma não crítica de estudar o passado, mescla a influência positivista do relator linear, cronológico e seqüencial com a postura idealista de resgatar os grandes feitos dos heróis...". O que poderia "sobrar" para o afro-brasileiro em termos de estudo de nossa tecitura sociológica? Seria a de um elemento totalmente integrado ao contexto psico-social da formação de nosso povo?

É assim? Sabemos que não. Ao longo do processo histórico, o negro sofre o dissabor da discriminação. Não da exclusão, pois até recentemente o negro não era incluído como agente de composição para tomada de decisões.

Porém é verdade que a partir do século XX, o negro começa a construir seu espaço. Hoje, apesar de ainda sofrer discriminações, ele avança... tem movimentos próprios, busca participar em todas as áreas de atividades e do conhecimento. E se apresenta como portador legítimo de todos os direitos e de todas as obrigações, enquanto cidadão brasileiro.

Abordagem sobre etnias rio-grandenses

Ao estudarmos a sociedade e fazermos considerações a respeito de sua composição étnica, mesmo nos filiando a corrente que defende a não existência de uma "Cultura Brasileira", pois se considera que ela está em formação, é necessário que façamos um breve relato da contribuição de cada povo, que como caudatário cultural, vai organizando o que, no futuro, podemos chamar de Cultura Brasileira.

Podemos começar pelo ÍNDIO, o legítimo dono da terra. Dele, temos em todo país, variando de região para região, forte influência da cultura ameríndia que aos poucos se inseriu nos costumes do povo brasileiro. Eis alguns exemplos: no Norte e Nordeste o hábito da rede; no Sul (Rio Grande do Sul, em particular) herdamos o chimarrão – seiva nativa de sabor natural. Enfim, em todo o país, o uso do chá caseiro e, na agricultura, o cultivo do milho, da mandioca e do fumo. Termos indígenas aparecem em nossa toponímia: nomes de rios, de lagoas, de serras, etc.

Segundo pesquisas, o grupo Guarani foi possivelmente o mais forte e o mais desenvolvido.

Tinha sua origem vinculada pela abundância de uma cerâmica, com formas e ornamentos próprios, feitos diretamente no barro ou pintados.

Entre as cerâmicas dos Guaranis, encontram-se as grandes panelas ou urnas funerárias, onde os mortos eram sepultados, em posição fetal. Havia também urnas funerárias compostas de duas peças. Suspeita-se, então, que os Guaranis evoluíram, passando a empregar um sistema diferente de sepultamento.

O grupo Guarani também se caracterizava pelo emprego de material polido, bastante evoluído. Sua agricultura, apesar de rudimentar, era muito desenvolvida. Utilizando machados de pedra, eles faziam a derrubada dos matos, que depois eram queimados. (EDSON ACRI).

O PORTUGUÊS, nossos colonizadores/povoadores, por razões óbvias, nos legaram o que temos de mais magnífico quando o assunto é cultura: a língua. Nos entregaram tradições tão caras ao povo português, como ritos religiosos fundados nos princípios da Religião Católica: a Festa do Divino, os Ternos de Reis... as Cavalhadas.

As “Cavalhadas”, para melhor entendimento, é uma “luta” como chamamos aqui no Rio Grande do Sul, entre mouros e cristãos. Não falamos em origens por julgarmos arriscadas informações que não teriam, para nós, consistência. Vamos falar de começos. Teve seu começo, não resta a menor dúvida, na Península Ibérica.

O termo vem do castelhano (de acordo com Carlos Guilherme Rilley) *caballadas* e, somente a partir do século XVIII é que se começa a valorizar no círculo da cultura erudita o termo *cavalhada*.

Quando se referem às cavalhadas, todos, autores e povo têm na lembrança o burlesco que elas apresentam: esmero dos trajes, animais de trato, máscaras. Há, também, o lado religioso: a luta do bem contra o mal representado pelas cores azul e vermelho. Os mouros do Islamismo se destacam pela riqueza de suas vestes em veludo vermelho com bordados em dourado. Os cristãos, do Evangelho de Cristo, com suas vestes em azul e bordados prateados.

São doze cavaleiros de cada lado. Os cristãos encenam os “Doze pares de França”, do Imperador Carlos Magno e os mouros, representam os seguidores de Maomé. O inimigo mouro de maior destaque nessa história seria Desidério, pai da Floripa, rei da Lombardia, que tinha também os seus pares de cavaleiros. Eram chamados “Pares de França” porque eram pares nas proezas e nos seus feitos heróicos.

“Floripa” é a única mulher que participa das Cavalhadas, principalmente no Rio Grande do Sul. Em outras localidades, mesmo no Rio Grande do Sul, adquire outros nomes, bem como sua roupagem local.

Assim mescladas lenda e história contam a epopéia da expulsão dos mouros da Península Ibérica. É natural que tanta heroicidade tenha deixado saudade e admiração, visto que até hoje a história ou a lenda são representadas em interpretações simbólicas, ilustrando e reforçando o lúdico e o imaginário de cada geração.

Em alguns municípios gaúchos as cavalhadas persistem como em Caçapava, Vacaria, São Francisco de Paula, Tavares, Mostardas, Gravataí, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha. Salienta-se, que em anos anteriores a 1950, o grupo Gravataí - Santo Antônio - Glorinha era o mesmo e, corriam em diversos municípios. Mais tarde, por volta de 1980, alguns representantes de Santo Antônio orientaram cavaleiros de Mostardas e Tavares e então tiveram início as “Cavalhadas” nestas localidades.

Em Cazuza Ferreira e São Francisco de Paula, as cavalhadas evidenciavam a discriminação racial, o que para a época era normal. Brancos, pretos e amarelos mantinham separadas suas cavalhadas.

Cada um tinha sua festa, sua lenda, seu baile, não se misturando em hipótese alguma.

A padroeira dos brancos era Santa Maria de Belo Horizonte; a principal. A padroeira dos pretos era Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Penha era a padroeira dos amarelos, dos agricultores (JACHAMET; OURIQUE, 1997).

A rica contribuição cultural portuguesa se reflete em nossa organização social e política. O senso de ousadia no avanço de nossas fronteiras geográficas para o sul e oeste garantiu a unidade territorial.

Esta contribuição não pára por aí. Os povos das Ilhas dos Açores enriquecem esse componente cultural com seu jeito e toque de simplicidade e forte componente familiar. Entregaram-nos os bailados “cana-verde”, “pezinho” e “quero-manas”. Barbosa Lessa, em seu livro: “Rio Grande do Sul, Prazer em Conhecê-lo”, dá este recado:

Nesse mesmo dia tornou-se público o pregão, marcando as regalias com que os ilhéus poderiam contar: transporte, concessão de datas de terra, ajuda de custo, ferramentas e alimentos.

No ano seguinte, o governador militar de Santa Catarina, José da Silva Pais, já está recebendo em Desterro o primeiro lote de casais com seus filhos. Em 1749, mais cem famílias e, em 1750, trezentas. Iniciava-se assim a imigração, que veio num crescendo apesar dos percalços da horrível viagem transatlântica e, principalmente, dos percalços à chegada, quando as regalias antes prometidas terminavam se esfumando no balaio das decepções.

Cantares de “quero-manas”:

*Tão bela flor, quero-manas,
tão bela flor, é verdade,
do que é ruim ninguém se lembra,
do que é bom se tem saudade.
Cada vez que eu olho e vejo
canoa no mar, a vela,
me arrasa os olhos de água,
me lembro da minha terra...*

O açoriano exerceu influência preponderante na formação do gaúcho. Aurélio Porto não vacilou em dizer, textualmente: “A contribuição dos Açores no povoamento inicial do Rio Grande do Sul é a maior de todas...”. Othelo Rosa, em “Formação do Rio Grande do Sul” (In Fundamentos da Cultura Rio-Grandense) nos deixa este precioso texto:

Era um tipo de boa estirpe, remanescente da raça lusitana dos grandes tempos. A condição de insulares os preservaram dos estigmas de decadência que tão profundamente vingaram Portugal, em pós da epopéia dos descobrimentos e da época alucinadora das grandezas e das riquezas. Portador de uma excelente tradição doméstica, o açoriano, com seus lares fechados e severos, legariam ao gaúcho uma herança moral de incalculável



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sistema Municipal de Ensino - Lei 3255/98
Santo Antônio da Patrulha - RS

valor. Eram os *casais*, isto é, os homens que chegavam com a família, que traziam um lar consigo, o que em muito os imunizaria de convivências sexuais estranhas, permitindo-lhes criar no Rio Grande do Sul antigo aquele homem alto, espadaúdo, de porte elegante e ágil, de tez e de cabelos claros, na descrição de Sant-Hilaire...

“Morigerados, trabalhadores, alentados pela presença de mulheres de vontade rija, devotados ao meio familiar, os açorianos, em um verdadeiro milagre de adaptação ao meio, far-se-ão dentro de pouco tempo, nas nossas savanas, os cavaleiros e soldados destemerosos e galhardos, que iriam fazer um título de honra e orgulho da vaga e depreciativa expressão *gaúcho*...”

Poucos e simples os divertimentos, nos galpões ou nas ramadas pitorescas, os gaúchos dançavam o fandango, que iria gradualmente invadindo recintos mais elevados. Cantavam e bailavam à moda portuguesa o *tatu*, a *chimarrita*, a *tirana*; ao som da viola, os poetas populares iam criando uma poesia popular, um pouco triste de feição lírica, aqui e ali com um acento irônico e jocoso...”

Nos povoados nascentes, nas pequeninas capelas ou nas igrejas, cuja construção iniciavam sem detença, reuniam-se os gaúchos nas festas religiosas, principalmente a do Espírito Santos, que os açorianos realizavam com exemplar devoção em suas ilhas, mantendo-se aqui fiéis a essa tradição...

“Na base de uma economia pobre, a sociedade rio-grandense se desenvolvia lentamente, sem surtos, sem desníveis...”

A imaginação popular teceria suas lendas: o *boi-tatá*, por exemplo,... e a mais bonita de todas, a do *Negrinho do Pastoreio*.

Da conjunção desses fatores, indicados rapidamente, ia nascer uma civilização com cheiro de terra gaúcha, haurindo força e riqueza na seiva da tradição: civilização, como escreveu alguém, cujos fundamentos viscerais eram o cavalo, o churrasco e o chimarrão.

O cavalo era o companheiro inseparável das guerras e das lidas campeiras, o meio corrente e quase único de vencer as distâncias estiradas...

O churrasco era a forma de alimentação apropriada ao homem que não tem muito tempo a perder, que vive na eminência dos entreveros, que precisa vencer em poucas horas, léguas e mais léguas; mas era também, como ainda hoje, um meio de confraternização, um pretexto alegre de reunião, de convívio, de solidariedade.

“E para corrigir os males do excesso da carne, o gaúcho toma o chimarrão, o seu *mate amargo*. Não o toma sozinho, a não ser em casos especiais, toma-o na clássica, na deliciosa *roda do chimarrão*, em que a cuia passa das mãos de uns para as de outros, enquanto se contam proezas, recordam-se episódios de um combate bem pelejado, de uma carreira famosa... ou a memória de um gaúcho que honrou o pago, morrendo em luta limpa, como um homem de opinião e coragem. *Roda de Chimarrão*, notai bem, é um hábito que decorre da formação do rio-grandense: nela são todos iguais, nela se afirma uma expressão da sociabilidade, a que sempre atendeu o homem do passado, irmanando-se para a defesa dos perigos que o cercavam, buscando no convívio humano um raio de alegria e de esperança”.

O novo século desperta com as novidades vindas da Europa. Bafejados pelo Liberalismo Econômico e Político europeu a Colônia de repente virou Império do Brasil. E assim, em 1824, chega a primeira leva de imigrantes ALEMÃES no Brasil... é o primeiro sintoma que a escravatura vai chegando ao fim. Os objetivos do imigrante eram o de conquistar na nova terra a independência econômica, aproveitando a propriedade agrícola oferecida pelo governo brasileiro e buscar, na estabilidade social, um lar seguro, livre dos embaraços políticos da terra distante.

Os objetivos do governo eram os de recuperar a agricultura, praticamente abandonada pelas lides da pecuária, e criar uma classe média agrícola, até então inexistente no Rio Grande do Sul. Nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo eram trabalhos de parceria nas lavouras de café.

Foram muitas as contribuições desta imigração para o contexto econômico, social, cultural e político no Estado. No econômico, podemos citar a expansão da agricultura nos vales do Sinos e Taquari. A integração sócio-cultural ocorre a partir da convivência tranqüila com a população já existente e com a maneira colorida de suas manifestações: o “pano” de parede, os jardins, o pinheirinho de natal muito enfeitado, a cuca, a “chimia”, enfim, os assados no forno, a cerveja, a dança e a música. E tudo se transformou em fraterna convivência. Deles herdamos muito também – era a integração. Vejamos o que diz René E. Gertz em “Eles, os Alemães”:

Quem lê os livros de Aurélio da Silva Py ou de José Pereira Coelho de Souza, respectivamente Chefe de Polícia e Secretário de Educação do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, tem a nítida impressão de que dentro do território sul-rio-grandense havia, na época, dois estados, um, o verdadeiro, o outro, o apêndice, o enxerto, constituído pelas áreas habitadas predominantemente por imigrantes centro-europeus e seus descendentes, em especial os alemães e teuto-brasileiros. O interventor federal da época, Coronel Cordeiro de Farias, mostrou-se publicamente penalizado por essa população tão deslocada, tão sem vínculo nacional, e conseqüentemente de cidadania, com o Rio Grande do Sul e com o Brasil: “Mas não são eles tão felizes como nós”. Coelho de Souza procurou amenizar essa miséria, trazendo anualmente 500 “coloninhos” para a capital durante a Semana da Pátria para serem “abrasileirados” “na intimidade de lares genuinamente brasileiros, ao calor da afetividade de nossa gente”, como dizia uma das colaboradoras do secretário.

Um turista-modelo, bem preparado para visitar o Rio Grande do Sul, que tenha lido os livros das citadas autoridades, e muitos outros surgidos na época, ficará um pouco desorientado quando visitar o Monumento ao Expedicionário no Parque Farroupilha, em Porto Alegre. Entre os nomes que constam na placa que relaciona os dezoito gaúchos mortos em combate na Segunda Guerra Mundial estão Carlos Walter Hisserich, de Pindorama (Panambi), Norberto Henrique Weber, de Santa Rosa, Almádio Goerig, de Marcelino Ramos, Arthur Lourenço Staerch, de Porto Alegre, e ainda Ivo Rohbach de Oliveira, de Porto Alegre.

Mas não só o turista se espanta quando confronta o que dizem com aquilo que realmente encontra pela frente. Um dos papas do movimento tradicionalista gaúcho, Luís Carlos Barbosa Lessa, nos faz a seguinte apreciação sobre os primórdios do movimento (em depoimento transcrito por Ruben Oliven): “o objetivo desde os estatutos era divulgar as nossas tradições nos países vizinhos e nos estados-irmãos; tínhamos um sentido de expansão através dos outros estados. O primeiro CTG, a primeira resposta, veio de Taquara, da região colonial alemã, *que nos perturbou todos os nossos objetivos*. Nós achávamos que viria eventualmente da Campanha e veio da região colonial alemã”. O comentário foi feito a propósito do fato de que o primeiro CTG criado no interior do estado – após a fundação do “35” em Porto Alegre – foi o “Fogão Gaúcho”, em Taquara.

Tal como a alemã, a emigração ITALIANA para o Brasil, é conseqüência da situação sócio-econômica no país de origem. Em 1875, quando o Brasil recebe as primeiras levas de imigrantes italianos, os objetivos do governo brasileiro e da Província do Rio Grande do Sul eram

semelhantes ao da época da imigração alemã: substituir, gradativamente, a mão-de-obra escrava, pela assalariada, incrementar uma classe média agrícola, entre outros.

No momento histórico da imigração italiana, o atropelo do progresso, movido pela Revolução Industrial e a conseqüente industrialização, já se faz sentir, também, no Brasil... Lembra a famosa “Era Mauá?”.

A imigração italiana entrega uma série de fatores culturais, que em muito se somam aos nossos costumes. A rica culinária – o bom uso do milho que transformado em farinha, resulta na “italianíssima polenta”. O hábito do vinho – a bebida dos deuses – é o parceiro perfeito nas comilanças e cantorias... Os italianos, expansivos e alegres, nos ensinam que boas safras e colheitas são sempre motivos para festas.

Vejamos o que diz Moacyr Flores, resumidamente, sobre a contribuição econômica do imigrante italiano no Rio Grande do Sul:

Quando se fala em economia na zona colonial italiana, as pessoas pensam logo na produção de uva e de vinho. Os colonos adotaram inicialmente uma economia de subsistência, baseada na agricultura, com atividades artesanais, tornando a colônia auto-suficiente em alimentos. O principal produto sempre foi o milho, porque servia para alimentar as pessoas e os animais. Com a sobra do milho alimentavam as galinhas, que davam ovos e carne para alimentação familiar. Com o milho alimentavam as vacas e tinham leite para beber e para fabricar o queijo. Com o milho alimentavam os porcos que eram engordados para fazer banha, lingüiça e salame. A viti-vinicultura deu novo impulso econômico à região, com a formação de cooperativas e grandes cantinas.

A ferrovia, ligando Porto Alegre a Caxias, em 1910, trouxe o progresso industrial à região. – A mão-de-obra, constituída principalmente por solteiros, era abundante e especializada, graças ao artesanato existente na colônia, o qual ia desde a confecção de ferramentas até a construção de meios de transportes. A falta de capital foi suprida pelo tipo de indústrias familiares. O sucesso econômico dos imigrantes aconteceu quando eles se inseriram no sistema econômico da sociedade brasileira, pois este era o único mercado consumidor.

Essa imigração, como outras, ofereceu uma das mais esplêndidas contribuições em nossa performance política. No Rio Grande do Sul, a partir de 1930, é notória essa participação. Eis um trecho do que escrevem, em laborioso texto, os escritores Rovílio Costa e Luís A. Deboni, em “Eles, os Gringos”:

... Na política, tivemos uma experiência gloriosa com os farrapos. Zambeccari, Rosetti, Anzani, Garibaldi, e cerca de outros 100 mercenários, marcaram a história gaúcha daquela época. Depois, porém nos calamos. No final do grande período imigratório vimos as revoluções de 93 e 23 e, desculpem-nos, mas nos assustamos com aquilo: tínhamos a impressão de estar assistindo a torneios de degola. Anos mais tarde, fizemos nossas excursões no campo da política. Continuamos citando nomes somente dos que não se encontram mais entre os vivos: o dr. Raul Pilla, teórico brasileiro do parlamentarismo, e de quem estamos recordando o centenário; o senador Alberto Pasqualini, um dos grandes pensadores políticos deste país; o engº Ildo Meneghetti, matreiro como os melhores políticos das Gerais, duas vezes eleito governador do Estado, em pleitos memoráveis, com vitórias por pequena margem de votos.

O ESPANHOL também compõe nossa paisagem cultural. Logo na aurora social do Rio Grande do Sul, Portugal e Espanha “duelam” pela posse deste que é o pedaço mais meridional do Brasil. Portugal se antecipa e funda a Colônia do Sacramento, em 1680. Que Tratado de Tordesilhas, que nada!... quer é garantir a entrada no Continente, controlando a margem direita do Rio da Prata. Bem mais tarde, se dando conta, a Espanha “toma” a vila do Rio Grande que lhe pertencia, conforme o Tratado de Tordesilhas.

Mais tarde vêm outros... o de Madri, o de Santo Ildefonso, e mais outros... O Rio Grande vira uma verdadeira fronteira do “vai-e-vem”.

Se for verdade que nos primeiros tempos da formação de nosso povoamento, portugueses e castelhanos eram grandes rivais e brigavam muito, também é verdadeiro que marcas e influências culturais de um e de outro lado, permanecem vivas, até hoje, em territórios argentinos, uruguaios e brasileiros. Aparício da Silva Rillo, em seu poema “Contrabando”, diz:

<i>Vai a balsa de farinha,</i>	<i>Mala suerte!</i>
<i>Cruzando o velho Uruguai O barco vinha chegando</i>	
<i>Vaqueano dessas cruzadas E a carga de contrabando</i>	
<i>Vem na popa um índio moço,</i>	<i>Com mais dez braças de rio,</i>
<i>Manejando o varejão.</i>	<i>Tinha subido a picada</i>
<i>Vem atento e vem pensando,</i>	<i>da picada pra carreta</i>
<i>“Vou deixar de contrabando</i>	<i>E daí pro caminhão.</i>
<i>não é vida pra um cristão”.....</i>	
<i>.....</i>	

É claro que essas marcas ficaram mais presentes e nítidas na região de fronteira de nosso Estado. Em São Borja, por exemplo, o “comércio formiga” se estabelece de um lado para o outro, ao sabor das oscilações da moeda brasileira ou Argentina. Na fronteira Sul, com o Uruguai, ocorre o mesmo fenômeno, porém de forma mais “legalizada”. Com o Uruguai, a fronteira, em grande parte é “seca”, portanto, o fenômeno do contrabando também se registra.

No que tange a influência em nossos costumes, mesmo em regiões mais afastadas da faixa de fronteira, também se fez sentir na indumentária (mais original) o chiripá que era comum, tanto no Rio Grande do Sul, quanto no Uruguai e na Argentina. O trabalho agropastoril, a lida com o gado – raiz de nossa formação econômica – é praticamente a mesma, logo, os hábitos também. Na diversão, manifesta-se a dança, como a Tirana do Lenço, de origem espanhola. No linguajar, o espanhol enriquece nosso vocabulário, “Ala Pucha” é o famoso “portunhol” que não conhece fronteira.

Como em muitos Municípios do Rio Grande do Sul, a presença espanhola também se faz sentir em Santo Antônio da Patrulha. Descendentes dessa vertente estão os Alóz, os Senti, os Peres, entre outros...

No final do século XIX, continuando a política de criar uma classe média agrícola, o Rio Grande do Sul recebe a imigração POLONESA. Apesar da similaridade dos objetivos da vinda deles com os dos alemães e italianos, os poloneses tinham mais um componente que os obrigava a deixar a terra natal: era a “russificação” imposta pelos czares que cortava qualquer liberdade de pensamento ou de expressão. Os poloneses se localizaram nas áreas de mais difícil acesso de nosso Estado, considerando-se a época: São Marcos, Ijuí, e, para hoje, a “polonesíssima” Guarani das Missões. Trouxeram, sobretudo, a devoção Católica Romana.

Em Santo Antônio da Patrulha, encontramos descendentes de poloneses nas localidades do Evaristo, Borcão, Baixa Grande, Furnas, entre outras; e nelas, algumas famílias tradicionais, como os Rancheski, os Karpinski e os Tomacheski.

Assim como os poloneses sofriam opressões, os ISRAELITAS também sofriam as mesmas e penosas interferências dos czares russos. Aliás, conforme determinação do “destino”, este povo que ainda não tinha um território delimitado, andava pelo mundo, mas teimando em ficar em seu solo histórico – a Terra Prometida. É bom lembrar que o povo judeu somente consegue sua soberania, enquanto Estado constituído, em 1948, quando o gaúcho Osvaldo Aranha, então Secretário Geral da ONU, assina a criação do Estado de Israel. Eles estão em toda a parte do mundo e, no Rio Grande do Sul não seria diferente. Organizaram-se, primeiro, a partir de 1904, na região de Santa Maria, criando a Colônia de Filipson.

Cada família recebeu uma junta de bois, carroça e cavalo, e uma área de 30 hectares. Dedicava-se à policultura: milho, amendoim, árvores frutíferas, legumes e outras plantas. A família judaica vive bastante unida e reunida, formando, às vezes, bairros de forte predominância étnica. É o caso do bairro Bom Fim, em Porto Alegre, e, observem, a avenida principal homenageia Osvaldo Aranha... São dedicados ao comércio, seu ponto forte.

Ainda contribuem na formação de nosso mosaico cultural outros povos, cada um ao seu modo, mas como os demais, muito importantes.

Com os ÁRABES não se pode afirmar que houve uma imigração. Eles vieram em pequenos grupos e não tinham apoio governamental. Entravam no país e normalmente viravam “mascates”. Andavam de maneira muito simples, a cavalo ou a pé, e, em grandes malas traziam espelhos, pentes (quase sempre muito enfeitados), perfumes e bijuterias que deixavam meninas e moças muito mais bonitas e vaidosas, aguardando a próxima visita do mascate... O Sr. Abraão Mamed Adib, já falecido, casou com a Sra. Olísia Gomes Adib, de família tradicional e moradora de Caraá, então distrito de Santo Antônio da Patrulha, residindo atualmente na cidade de Osório, gozando de aposentadoria, após exitosa carreira comercial.

Atualmente, a colônia Sírio-libanesa, está em todo o Estado, particularmente nas cidades fronteiriças, em geral, se dedicando ao comércio de confecções.

Os JAPONESES e outras correntes étnicas asiáticas também influenciaram no desenvolvimento do Rio Grande do Sul. A partir de 1908, o primeiro grupo se estabelece em São Paulo. Para o nosso Estado eles chegam em 1936, e não são bem sucedidos. Somente entre os anos de 1955 e 1963, os japoneses, chineses e outros se estabelecem, inicialmente em Ivoti e Itati, em pequenas propriedades (5 ha) e se ocupam com a produção de flores e horticultura.

Logo, estas correntes étnicas começam a conquistar espaços. Hoje, é notória a presença deles, praticamente em todos os ramos da economia, galgando prestígio e “status” social e político.

É importante citar a contribuição dos FRANCESES, HOLANDESES (Município de Não-Me-Toque), LETOS, SUÍÇOS, entre outras etnias que estão integradas ao contexto sócio-cultural do Rio Grande do Sul.

É bom lembrar, como ilustração a este trabalho, que o Município de Ijuí ostenta em seu Parque de Exposições “IMIGRANTE”, exemplares de habitações, praticamente de todas as etnias que compõem nosso mosaico sociológico.

Uma das mais importantes contribuições que se somam à formação de nossa cultura, é sem dúvida, a influência africana. O NEGRO, desde os primórdios de nossa formação sociológica, oferece componentes dos mais significativos.

Com o primeiro português colonizador, veio junto, o primeiro negro para o Brasil. Foco de nosso estudo neste trabalho, enquanto contribuição para uma Proposta Pedagógica nas escolas do Município de Santo Antônio da Patrulha, com ênfase à Cultura Afro-Brasileira.

O Conselho Nacional de Educação, através do Parecer CNE/CP 003/2004, que teve como relatora a Prof^a. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, a respeito do assunto, assim se expressa: “A demanda da comunidade afro-brasileira por *reconhecimento*, valorização a afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da lei nº 10.639 de janeiro de 2003, que alterou a lei nº 9.394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”. A lei 10.639/03, assim se manifesta em seu parágrafo 1º: “A História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

Faz-se justiça reconhecer que o negro, tal como outros povos que chegaram depois, prestou imensa contribuição à economia gaúcha e brasileira. É bom destacar que o negro, mesmo em sua condição de escravo, tinha consciência da realidade vivida. Ele não foi um acomodado. Por isso lutou. Em muitos momentos e em várias partes do Brasil o negro se refugiou nos “quilombos”. Tudo em nome da liberdade. Para ilustrar essa introdução à temática proposta, lembramos o que expressa o prof^o. Oliveira Silveira, ativista do Movimento Negro do Rio Grande do Sul, em “Negro do Sul”:

Afro RS era o título de um quadro apresentado pelo grupo Semba, de arte negra, no final dos anos 80 (século 20, para quem estiver lendo após o ano 2000). Esse nosso grupo de Porto Alegre, coordenado pela minha filha Naiara e por mim desde o início em 1979, com participação de um punhado de jovens talentosos, abria espaço entre variados temas de música e dança, esquetes e literatura negra, para a especificidade afro-gaúcha. Aí entrava, às vezes, em poema meu intitulado “Negro no sul”:

*No sul o negro charqueou lavrou
carreteou no sul o negro remou
teceu diabo a quatro
o negro no sul congou
bumbou batucou a negra no sul cozinhou
lavou diabo a quatro no sul o negro brigou
guerreou se libertou
quer dizer: ainda se liberta
de mil disfarçadas senzalas
quer dizer: ainda se liberta
de mil disfarçadas senzalas
prisões diabo a quatro
onde tentam mantê-lo agrilhoado.
Ou então aparecia um fragmento de “Evocação de Osório”
(mesmo livro *Pêlo Escuro*):
Conceição do Arroio, que fui eu aqui?
- Maçambique, quicumbi.
Que fui eu neste litoral?*



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sistema Municipal de Ensino - Lei 3255/98
Santo Antônio da Patrulha - RS

As Diretrizes Curriculares Nacionais tratam da necessidade de políticas de reparação, de reconhecimento e de valorização do negro; assim afirma: “Reconhecimento implica em justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros de outros grupos que compõe a população brasileira. E isto requer mudanças nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modos de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros”. (...)

“Reconhecer, diz a relatora, é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas”.

Sobretudo, “reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, a sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de matriz africana. Implica criar condições para que os estudantes não sejam rejeitados em virtude da cor de sua pele, menosprezados em virtude de antepassados seus terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra”.

Estas considerações, extraídas do Parecer, expressas por sua relatora, justifica com sobrada clareza às razões de uma lei específica para o estudo e reflexões de uma cultura e de um povo que contribuiu e contribui com o processo sociológico e econômico do Brasil.

A propósito, é importante mencionar neste trabalho, o texto: “*Africanidades Brasileiras – Esclarecendo Significados e Definindo Procedimentos Pedagógicos*”, publicado na Revista do Professor, março de 2003, nº 73, que faz alusão ao negro como “parceiro” desde o início da formação da cultura brasileira. Isso nos deixa antever o quanto tem de afro em nossa “carga” cultural. Em todos os sentidos: seja na linguagem, nas artes, na culinária, na música, enfim, na cultura como um todo. O Folclore, inserido na História, falaria tudo o quanto representa o negro em nossa formação.

Finalidade do estudo sobre Cultura Afro-Brasileira

O professor seja do ensino médio, do ensino fundamental ou da educação infantil, precisa primeiro se despojar de qualquer ranço de preconceito racial e buscar uma boa bibliografia, vários autores e confrontá-los. Esse procedimento intelectual oferece condições do professor conhecer, compreender, discutir e analisar as mais diferentes visões e, a partir delas, se for o caso, refazer concepções relativas à população negra e seu continente de origem, a África. Não há como recuperar africanidades, sem conhecer a própria história da África. A prof^a. Mônica Lima, do Colégio de Aplicação da UFRJ, lembra em seu artigo *História e Cultura Afro-Brasileira*, “que muito já pode ser feito na sala de aula, independentemente de decisões institucionais”.

Trabalhar com lendas, contos, cantigas, brincadeiras, falar da presença africana na música, nas festas, no vocabulário, na alimentação são práticas significativas no cotidiano de sala de aula. Mais adiante a professora lembra da importância da “Pré-História”: foi na África que iniciou o processo de humanização. O professor não pode deixar passar que, também se dá na África, o esplendor do Antigo Egito... Falar, também, dos grandes Reinos Africanos que, no período correspondente à Idade Média européia, ergueram cidades com universidades, bibliotecas, contatos com o Oriente e a Europa. Como escreveu o historiador Pierre Vilar: “falar em ouro na Europa medieval era falar da África”.

É necessário situar o surgimento do racismo como projeto científico e político. É preciso levantar o tema para que o aluno possa reconstruir idéias diante da pesquisa orientada e através de outros métodos pedagógicos. É preciso debater as formas de colonialismo europeu na África; discutir fronteiras, territórios e conflitos, temas da história contemporânea. Relacionar a História da África com a História do Brasil é assinalar a fratura exposta da desigualdade racial brasileira.

O currículo continua a historiadora Mônica Lima, “deve aprofundar a percepção destes processos na história da América. Trata-se, enfim, de resgatar a África e africanizar a História do Brasil. Além do *sentimento* de um passado comum. Consolidar um *conhecimento* libertador...”

Entendemos o estudo da África e do povo africano como o devido reconhecimento e proposta de integração deste povo. Nelson Mandela, em “A Luta é Minha Vida”, ilustra o contexto sócio político de sua época:

A LUTA É MINHA VIDA

Muitos anos atrás, quando eu era um garoto, criado em uma aldeia do Transkei, eu ouvia as histórias dos mais velhos da tribo, a respeito dos bons tempos, antes da chegada do homem branco. Naquele tempo o país era nosso, de fato e de direito. Ocupávamos as terras, as florestas, os rios; extraíamos a riqueza mineral do subsolo e todas as outras riquezas deste país maravilhoso. Nós criávamos e administrávamos nosso próprio governo, controlávamos nossos próprios exércitos e havíamos organizado nosso próprio comércio.

(...) Eu esperava e orava para que, entre os tesouros que a vida pudesse me oferecer, houvesse a oportunidade de servir a meu povo, e dar minha humilde contribuição à sua luta pela liberdade.

(...) A terra, então o meio de produção mais importante, pertencia a toda a tribo, não havendo nenhum tipo de propriedade individual. Não havia classes, nem ricos nem pobres, e não havia exploração do homem pelo homem.

(...) Numa sociedade desse tipo estão guardadas as sementes da democracia revolucionária, que não admite que ninguém seja mantido em estado de servidão ou escravidão, nem que a pobreza, a escassez e a insegurança existam. Este é o modelo que, ainda hoje, inspira a mim e a meus companheiros de luta política... (1988).

A Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar

...E aprendi que se depende sempre, de tantas muitas diferentes gentes... Todas as pessoas sempre são as marcas das lições de cultura de outras tantas pessoas. (Gonzaguinha).

É desnecessário o estudo da Cultura Afro-Brasileira como nova área do conhecimento. O estudo dela, por si só, conduz a uma Pedagogia anti-racista. Ela deve ser trabalhada a partir da interdisciplinaridade.

Para este estudo é possível partir do conceito “humano” da palavra RESPEITO. A reformulação ou a reconstrução do discurso pedagógico poderá propor que o tema Cultura Afro-Brasileira esteja presente nos conteúdos e nas metodologias, atingindo todas as áreas do conhecimento no currículo escolar. Sugerimos no estudo de:

a) História

A impressão que passa, quando estudamos História sob o enfoque positivista é a de que o negro teve pouca ou nenhuma participação na construção do processo histórico brasileiro. Isso se constitui em verdadeiro absurdo. Essa falha é digna de quem escreve sob o enfoque do vencedor. O negro precisa ser entendido como agente e sujeito do processo histórico.

Cláudio Bento em “O Negro”, afirma que, quando da chegada dos portugueses em Laguna-SC, em 1648, a expedição que lá se instalou era composta de 70% por negros escravizados. Então se pergunta: quem lutou para garantir a posse de Laguna aos portugueses? E quem aparece nos registros da História oficial? “Eles, os “heróis...”.

A disciplina de História é rica quando o professor se propõe a enriquecê-la. Tornando-a abrangente e interdisciplinar. Trabalhar a História do povo africano é incentivar o aluno à reflexão. Lembrar a importância da África para o processo de humanização é imprescindível. A relatora do Parecer que trata sobre as Diretrizes da Cultura Afro, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, diz que: “O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história de quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro)”. A relatora chama a atenção, também, para as datas significativas de cada região. Por exemplo, o 13 de maio, Dia Nacional de Luta contra o Racismo, será tratado como o dia de denúncias... O dia 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra... Entre outras datas deverá ser assinalado o dia 21 de março, dia Internacional de luta pela Eliminação da Discriminação Racial... Vamos lembrar o texto: “O primeiro homem”, de Elisa Larkin Nascimento.

O PRIMEIRO HOMEM

O homo sapiens (...) teve origem também na África, há 130 000 anos, conhecida através do crânio Omo I, descoberto por Richard Leakey no Quênia. Fisicamente dele parece com o povo Twa (pigmeu) ou San (hottentot), ou seja: negro, pequeno, como as feições bem africanas. E é esse homo sapiens africano que primeiro se encontra povoando a Europa, há 40 000 anos. A existência desse homem, denominado Grimaldi, sempre criou um grande dilema para a ciência européia, pois ele é o responsável pela primeira indústria conhecida na Europa, a aurignaciana. Várias teorias foram elaboradas para atribuir essa indústria e uma espécie humana supostamente anterior e branca. Hoje, essas teorias estão definitivamente afastadas. Não há outro homo sapiens que possa ser antecedido o Grimaldi na Europa ou na Ásia. (Diop, 1975). O primeiro homem branco aparece na Europa no intervalo do período glacial Wurm, há 20 000 anos. Denominado cro-magno, é esse quem a história convencional apresenta como o primeiro europeu. (1994).

b) Geografia

Paralelo ao estudo de História, é possível estudar aspectos geográficos da África. Onde se localizavam os povos descendentes dos “trazidos” para o Brasil? No Brasil onde se situavam os projetos agrícolas (cana-de-açúcar, cacau, café, etc.), ou de mineração? O trabalho da pecuária e as charqueadas do sul do Brasil, onde se estabeleciam? Pode ser feito um belo estudo a partir de mapas que contemple a geo-política de suas origens aos dias atuais. Onde e como os afrodescendentes se encontram? Sabemos, confronta-se com o fenômeno sociológico.

Um trabalho integrado com outras disciplinas, além de tornar-se mais atraente ao aluno, oferece condições de melhor compreender os espaços estudados. A geografia africana é fascinante sob todos os aspectos... Será que o aluno identifica o Nilo como um rio africano? E a questão das Pirâmides? Podemos pensar uma integração: História – Geografia – Artes – Ciências (ecologia) – etc.

c) Educação Física

A escola, nesse componente curricular, enquanto área de conhecimento, pode incluir danças com raízes afros. E na área de jogos, misto de danças e músicas, a prática da capoeira.

d) Literatura, Artes e Língua Portuguesa

Literatura e Arte podem ser consideradas “filhas” ou “irmãs” parceiras da História. É aqui que o cotidiano melhor se faz presente. Há liberdade total para o estudo das Africanidades nestas disciplinas.

Em literatura, que pode ser oral, convidar alguém da comunidade para relatos de vivências ou do que contavam. Relatos que falam de brincadeiras, de trabalhos, de festejos e de celebrações religiosas, podem se constituir em “peças” de conteúdo histórico, porque são autênticas.

Em Língua Portuguesa a produção de textos, a partir desses relatos e pesquisas é atividade relevante que pode ser somada a tantas outras.

Ainda em Literatura, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, registra exemplares de depoimentos de vivências de pessoas (negras) que passavam, oralmente, aos descendentes. É o caso de Dona Tereza Azevedo Oliveira, de Palmares do Sul - RS, que narra em forma de “causo”, crenças que passavam de pai para filho. Dona Tereza, através do “causo” “Tocha de Fogo”, expressa uma “experiência vivida”, tocada em muito pela imaginação. Vale a pena ler:



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sistema Municipal de Ensino - Lei 3255/98
Santo Antônio da Patrulha - RS

As tochas de fogo

O mato do Limoeiro, quando eu era criança, eu me lembro que era um mato muito fechado. Não era esse matinho que tem aí, aberto como fizeram agora.

Isso foi no tempo do Dirceu Rosa, aquela fazenda na frente do mato do Limoeiro era dele. Foi dele, depois passou a ser do governador.

O Limoeiro era um mato fechadíssimo, tinha muita figueira... Eu, quando era criança, cheguei a enxergar lá, quando anoitecia, umas línguas de fogo. A gente não ligava, mas tinha medo, mas não ligava muito.

A minha mãe cozinhava para o pessoal daquela granja, tinha uma pensão. Ficava lá naqueles cantos da Reforma. Daí, um dia de noite, a gente foi levar comida para um homem que cuidava das máquinas, o motor d'água, que estava puxando água.

Enquanto o homem jantava, a gente brincava. Eu e meu irmão mais velho... E lá do mato do Limoeiro saíam, das figueiras, aquelas tochas de fogo... Passava uma pra lá, passava outra pra cá. Nós olhávamos e não tínhamos medo.

De repente, quando nós agarramos o prato do homem para vir embora... saiu do mato uma luzinha deste tamanhinho, e veio na nossa direção.

O meu irmão me agarrou pela mão e corria... corria... A gente voava, não corria. E aquela luzinha sempre atrás da gente.

Hoje em dia, não existe mais nada daquilo ali. Agora, quando eu era criança cansei de ver as tochas de fogo ali, andando por cima das árvores. Ela (a tocha) se formava amarela, verde, azul e não era uma só.

As pessoas mais velhas, a minha avó, a minha mãe sempre contavam que aquilo ali, no tempo da escravidão, naquele lugar, degolavam os escravos e enterravam debaixo daquela figueira. Para cuidar do dinheiro dos fazendeiros, que ficava ali enterrado. Naquele tempo não existia banco, não é...

Como o negro era sacrificado! Degolavam, botavam debaixo daquela árvore e aquele espírito ficava ali para cuidar. Para ninguém mexer naquele ouro, naquele dinheiro.

Também em Palmares do Sul, dona Tereza Lopes de Oliveira e seu marido – o “seu” Maneca Boeira de Oliveira, falam a seus filhos, e claro, quando convidados, vão à Escola e falam sobre os Quicumbis. Até hoje, tradição muito viva, em Osório. Dona Tereza dá um depoimento sobre o Quicumbi. Encanta pela clareza e simplicidade da narrativa.

O quicumbi

O que é o *quicumbi*?

É o Ensaio. Nós fizemos uma vez aqui em casa para pagar a promessa que o falecido pai do Maneca tinha feito.

Foi em 74, não, em 75.

Neste Ensaio, dançam só os homens e cantam cantos de reza. Eles têm um canto. Um mestre comanda a turma com instrumentos: pente, um reco-reco, uma taquareira, um tamborzinho. Eles passam a noite cantando aquelas orações do Divino Espírito Santo.

Eles não dançam uns com os outros, eles dançam sozinhos. É só gente morena. Este Ensaio vem do povo negro mesmo, do africano.

De onde gerou, nós não sabemos. De primeiro, usavam muito por aqui, isto de promessas. Faziam promessas e davam uma festa, comida, bebida, tudo por conta do dono do Ensaio, aquele que fazia a promessa.

As mulheres só olhavam e faziam as comidas.

Vinha muita gente olhar, os convidados. Só dançava aquele grupo. Essa dança é reza, não é divertimento.

Eles vinham cantando, dançando, tocando. Por aqui, ninguém mais sabe nada disso. Nós falamos com o pessoal lá da Casca, para vir aqui em casa.

Veio muita gente, um Ensaio sempre junta muita gente. Depois da reza, vem o baile. Pena que a gente não seguiu o costume.

O Ensaio vem do povo africano.

Outro depoimento que encanta pela clareza é o do senhor Benedito Samuel Barbosa, do Estado de São Paulo (não menciona o município). A preocupação dele é com a memória da família. E assim Barbosa escreve a História de seu povo, a partir do que conhece do cotidiano de sua família. Ele evolui a partir dos avós, dos parentes mais velhos e busca inspiração para registrar, a partir da oralidade, fatores como: religiosos, de trabalho e remuneração salarial. São experiências vividas e comprovadas, escritas de maneira muito simples, mas que não deixam de ser depoimentos extraordinários porque são calcados na expressão da verdade. Assim, Benedito Boeira Barbosa fala em: História do nosso povo através da família.

Meus Avós – Minha avó era negra, meu avô era mestiço. Ele foi para a guerra do Paraguai. Lutou 2 anos, foi com 15 e voltou com 17. Ele dizia que no fim da guerra tinham sobrado muitos negros vivos. Mas nem todos voltaram, só ele e mais alguns. Os que voltaram nunca mais ouviram falar dos outros.

Parentes mais velhos – Na época dos meus avós, de acordo com o que eles contavam, os parentes não se separavam. O pai era responsável por todos enquanto vivesse. Os filhos, os netos moravam com ele, ou perto da sua casa. Até mesmo os irmãos mais novos eram comandados pelos mais velhos. Numa fazenda, por exemplo, todos moravam juntos, muitas vezes na mesma casa. Os filhos casavam com vizinhos, com primos e continuavam todos ali.

Tradições – Na religião, a família sempre acreditou na força e na energia dos antepassados. Uma parte da família foi e é católica, a outra, espírita, mas para louvar o Senhor todos sempre estiveram juntos.

A família sempre participou das festas em louvor do padroeiro do lugar onde vivia e vive, seja uma fazenda, bairro, cidade.

As rezas foram e são consideradas importantes, com muito canto e louvação.

No tempo dos avós, principalmente, usavam muito benzeduras para fazer curas. Benziam com brasa, alho, palma benta, água.

Trabalho – Meus avós e seus filhos trabalharam no café. Naquela época, para os estrangeiros, o café valia como ouro. A maior parte da nossa família era de colono, vivia nas fazendas, nas colônias. Cada homem tinha como tarefa 4.000 pés de café para tratar.

Este trabalho era de sol a sol todos os dias, incluindo domingo. Só não trabalhavam nos dias santos. Tudo debaixo de ordem do feitor.

Não tinha farmácia nem médico por perto.

Salário – O ganho, na época de meus avós, era pela produção, após a colheita, que ia de maio a novembro. O café era colhido e colocado no armazém, depois ia para

Santos onde era embarcado nos navios. Os trabalhadores só recebiam depois que o governo pagasse os fazendeiros, o que acontecia após a colheita. Mas, quando o preço do

café não agradava os fazendeiros, o café era jogado no mar ou queimado. Então os colonos não recebiam os seus salários. Isto começou a ser assim por volta de 1930. Antes não era assim: antes da colheita o patrão dava um dinheiro para as despesas com comida, até chegar a colheita.

As festas, os casamentos, os batizados se realizavam no final do ano, época em que recebiam o dinheiro da produção.

A Lei Federal 10.639/2003 obriga os componentes curriculares de História, Literatura e Artes a contemplarem a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos seus currículos. Nossa recomendação é irmos além, incluindo no Projeto Pedagógico da escola, como compromisso destes e de todos os componentes curriculares, a inclusão do NEGRO como cidadão de direitos e de sua cultura e história.

Influências Afro em nossa Formação Cultural

Embora tenhamos, em outros momentos abordado superficialmente o tema, exemplificamos com maior riqueza de detalhes essa influência. É bom lembrar que desde a primeira infância com as cantigas de ninar, essa influência se sedimenta:

- a) na Culinária - a influência Afro é bastante significativa. No Nordeste do Brasil, essa presença é mais sentida com o acarajé e o vatapá; no Sul, os mais comuns são o mocotó, a feijoada, a morcela, o sarrabulho, o amalá e a galinha de cabidela...;
- b) na Religiosidade - o batuque, o candomblé, a umbanda, a quimbanda... o quicumbi e o maçambique, são rituais com origem afra. O negro “deu” nomes diferentes aos Santos dos rituais Católicos: Iemanjá, Orixá, Jurema, Oxalá, Ogum, Oxum;
- c) nas Lendas - O Negrinho do Pastoreio e Sassi Pererê;
- d) no vocabulário: babá, balaio, bamba, banana, banguela, batuque, bocó, bombear, bombo, bodum, bunda, cachaça, cachimbo, cacimba, caçula, cacunda, cafuné, calunga, cambota, camondongo, canga, capenga, catinga, colombo, chimbé, dengue, fandango, fuxicar, gambá, macaco, mandinga, milonga, mogango, moleque, mucama, mulato, pinguela, pito, quibebe, quitanda, quizila, samburá, samba, senzala, tanga, tapa, tarimba, tunda, xingar, zebra. Hoje termos incorporados ao dicionário na língua portuguesa;
- e) na Música e na Dança - entre tantas se destacam a capoeira e o samba. Vale o registro que as músicas nos ritos religiosos são originalmente africanas. Em artes, a música e a dança podem propiciar à criança o reconhecimento de instrumentos típicos usados pelo negro, como: a caixa de fósforos, o pandeiro, o chocalho, o berimbau, o tambor, entre outros. Logo, ensinar música na perspectiva das africanidades, implica em ouvir, criar ritmo e construir instrumentos;

- f) na Política – é bom lembrar a importante contribuição do negro em momentos decisivos da vida brasileira. Ainda no século XVII, o negro ajuda na luta pela expulsão dos holandeses; no Pará, no Movimento Cabano, entre 1835 e 1840. Na Revolução Farroupilha, 1835-1845, os “Lanceiros Negros” fizeram história no movimento republicano rio-grandense. Na Guerra do Paraguai, a participação decisiva na vitória brasileira. Na campanha pela Abolição da Escravatura, brilha a inteligência de Rebouças e José do Patrocínio. Já na República, os movimentos na comunidade do beato Lourenço, na Revolta de Canudos; e mais destacadamente na Revolta da Marinha com a rebeldia de João Cândido, logo no início do século XX;
- g) na atuação profissional, de criação tecnológica e artística de luta social tais como: Zumbi, Luíza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luís Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edson Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Teresa Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Unaicyra Falcão dos Santos, etc. Da mesma forma é vital lembrar a atuação de nomes de repercussão mundial como: rainha Nzinga, Martin Luther King, Maron X, Mariama Ba, Nelson Mandela, entre outros.

CENTENÁRIO DE UM MAU SÉCULO

O deprimente Brasil dos escravos de 1888 tem razões para inquietar o Brasil de hoje.

Eles se chamavam Abolicionistas. Eram chamados de radicais. Queriam o fim da escravidão. Eram acusados de pretender a desorganização da economia por precipitarem uma mudança social que não podia ser obtida senão por um processo cauteloso e gradual. Do contrário, o Brasil cairia “nas águas revoltas onde está a nau pirata da Internacional Comunista”. Eles venceram, e no dia 13 de maio de 1888 a princesa Isabel aboliu a escravidão no Império. Era o último governante de país livre a fazê-lo.

Trazido pelo vento da História, o Brasil de 1888 está, nesta semana, mais perto do Brasil de hoje. Deprimente, o Brasil de 1888 tem razões para inquietar o de hoje. Os negros trabalham em liberdade há um século, mas o IBGE informa que eles sabem pouco, ganham mal e morrem cedo. Hóspede prejudicado na grande questão da miséria nacional, o negro é um cidadão de segunda categoria no Brasil do Centenário da Abolição. Para os brasileiros de hoje, os personagens da década de 80 do século passado certamente soam anacrônicos, responsáveis por um atraso que ainda marca a vida nacional. Ninguém gosta de lembrar que teve um bisavô escravocata. Deu-se um jeito e sempre se acaba achando um bisavô abolicionista. É precisamente nessas contrafações que está a grande virtude do Centenário. Ele tornou-se uma grande ocasião para estimular reflexões em torno dos amargos indicadores sociais do negro hoje. Sobre tudo uma reflexão singela: a de que durante as comemorações do II Centenário da Abolição, os bisnetos de hoje correm o risco de ser bisavós anacrônicos. (Revista Veja, maio de 1988).

Maçambiques

A característica mais importante do maçambique é o fato de ser uma manifestação popular autêntica e espontânea, aquilo que se costuma chamar de folclore puro. É uma manifestação popular afro que o Rio Grande do Sul possui.

Em outros lugares, no Brasil, existem fatos folclóricos muito semelhantes ao nosso, os quais de acordo com a região, recebem nomes como: “congada”, “moçambique”, “ticumbi”, “quicumbi”. Em Osório, a forma usada é “maçambique”, denominação que os próprios participantes, dão a manifestação.

É muito difícil saber, com precisão, a origem destas manifestações, se vieram do Continente Africano, o que parece mais provável, ou surgiram no Brasil. O certo, entretanto, é que, como toda manifestação cultural popular, com o passar dos anos e ao longo dos caminhos que trilhou, foi juntando coisas novas à sua forma primitiva.

Em Osório, o maçambique deve ter chegado com os escravos que vieram para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. Desde aquela época até nossos dias a tradição foi passando de uma geração para outra, conservando-a viva e sendo repetida a cada ano. Atualmente muitos jovens têm participado, o que bem pode significar que continuará existindo, ainda por muito tempo.

Conclusão

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro, no Brasil, não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena – a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana.

Outro equívoco a esclarecer é de que o racismo, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento só atingem os negros.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminação, elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas, têm como objetivo fortalecer entre negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se de sua origem africana. Para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que tem em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo, a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira.

Valendo-nos, ainda, do Parecer CNE/CP 003/04 quando aborda questões relativas à fortalecimento de identidades e registros:



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sistema Municipal de Ensino - Lei 3255/98
Santo Antônio da Patrulha - RS

- o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida;
- o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas;
- os esclarecimentos a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal;
- a ampliação de acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais;
- as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais.

No mesmo Parecer, são citadas ações educativas de combate ao racismo e a discriminação. Os princípios encaminham para:

- a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade;
- condições para professores, alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico/raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças;
- o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico/raciais na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico/raciais, as alianças sociais;
- participação de grupos do Movimento Negro, e de grupos culturais negros, bem como da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico/racial.

O exposto, partindo do mesmo Parecer dá condições aos Conselhos Municipais de Educação organizarem suas diretrizes, “dentro do regime de colaboração e da autonomia” que aos municípios é preservado. Assim, o Conselho Municipal de Educação propõe reunião conjunta de professores, orientadores e pedagogos para organizar um Plano de Estudos que contemple a legislação que institui a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Indo mais além, o CME propõe a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a formação étnica do povo rio-grandense no currículo escolar.

Concluimos afirmando que a diferença entre as pessoas é o grau de consciência e não a cor. Não importa se branca, negra ou amarela... precisamos sim, aceitar o desafio da mistura, inventar uma maneira que justifique nossa existência no mundo. Como diz Darcy Ribeiro, o mais importante é inventar o Brasil que nós queremos... mas sem exclusão!

No processo de construção deste Parecer, os professores de Língua Portuguesa, História e Artes analisaram o documento prévio. Apresentaram contribuições os seguintes professores: Quelem Gomes Pereira (E.M.E.F. José de Anchieta), Nilza Santos Oliveira (E.M.E.F. Nossa Senhora de Fátima), Jussara Regina da Silva Palma (E.M.E.F. Érico Veríssimo), Sheila Santos da Rosa (E.M.E.F. Barão do Cahy), Sirlei Batista da Conceição Santos (E.M.E.F. José Telmo Martins), Rosane Maria de Azeredo (E.M.E.F. Madre Teresa) e Vera Maria Costa dos Reis (E.M.E.F. João Marques de Moraes).

Em 26 de outubro de 2004.

Ana Zenaide Gomes Ourique
Angelita Borges Cardoso
Aura Maria dos Santos Martins
Dalva Maria Provenzi de Carli
Dilce Eclai de Vargas Gil Vicente
Evi Antônia Boeira de Barcelos
Izabel Cristina Gil de Medeiros
Sandra Silva da Luz
Santino Telmo Gomes - relator

Aprovado por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 26 de outubro de 2004.

DILCE ECLAI DE VARGAS GIL VICENTE
Presidente do CME

Referências Bibliográficas

- ACRI, Edson. *O Gaúcho: Usos e Costumes*. Porto Alegre: Grafosul, 1985.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco*. São Paulo: Ática, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Lucci. *O Racismo na História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Conselho Pleno. Parecer 003. Brasília: 2004. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.
- FLORES, Moacyr. *História no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- GONZAGA, Sérgio; FICHER, Luís Augusto. *Nós, os Gaúchos*. 4. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.
- JACHEMET, Célia Silva; OURIQUE, Ana Zenaide Gomes. *Cavalcadas: Uma Tradição Milenar*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1997.
- LAZZAROTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1978.
- LESSA, Luís Carlos Barbosa. *Rio Grande do Sul, Prazer em Conhecê-lo*. Rio de Janeiro: Globo, 1984.
- MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy; OSTERMANN, Nilse Wink. *A história do Rio Grande: a versão, o mito e a proposta de um ensino crítico*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, p.44, 1985.
- RAMIREZ, Hugo. *Iconografia Poética do Índio do Rio Grande do Sul*. 1974.
- REVISTA VEJA. [s.l.]: Abril, 1988, nº 19, ano 20.
- SCHIMITT, Adalberto. *Estudos Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Sagra S.A., 1979.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Africanidades Brasileiras: Esclarecendo Significados e Definindo Procedimentos Pedagógicos*. Revista do Professor. Porto Alegre: nº 73, ano XIX, v.73, p.26-30, out/dez. 2003.